



Demonstrações Financeiras Banco Bari

Exercício 2022

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

**Demonstrações financeiras individuais
referentes ao semestre e exercício findos
em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	8
Balanço patrimonial	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

Visão Corporativa

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo o relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis.

Iniciativas Inovadoras

O Banco Bari está envolvido na introdução de novas ferramentas em sua operacionalidade, atendendo inclusive programas instituídos pelo Banco Central do Brasil, como o PIX e o Open Finance. O primeiro vem trazendo, paulatinamente, instrumentos transformadores, com forte adesão de clientes às práticas decorrentes que vem sendo implementadas, representando uma revolução na forma de relacionamento financeiro entre credor versus devedor. Sobre o segundo, está fixado pelo Bacen um calendário de implantação de cada fase projetada, e estamos cumprindo os prazos indicados e, em futuro breve, poderá trazer ganhos para a clientela, em resposta ao compartilhamento de dados bancários entre instituições financeiras.

Vale destacar que recebemos o prêmio da “IDWALL”, empresa premiada internacionalmente e referência no ramo de segurança da área digital, em razão da melhor experiência aqui implantada em onboarding (procedimentos para abertura de conta) entre todos os bancos do Brasil.

Outros aperfeiçoamentos com o concurso da área digital foram introduzidos, a saber:

- Assinatura digital nos novos empréstimos em contratos derivados de linha de Crédito;
- Débito automático em conta corrente Bari para parcelas de operações do crédito imobiliário; e
- Visualização de parcelas e de saldo devedor no aplicativo

Área Administrativa

Ratificamos nosso propósito de levar transparência de nossas atividades ao quadro funcional, por intermédio das seguintes iniciativas: A) programa denominado “Bari News”, apresentado pela Diretoria, em que a performance de todas as áreas são passadas em revista regularmente, por via remota, com divulgação de números alcançados nas operações próprias e projeções futuras; e B) Reuniões informativas periódicas sobre novos produtos, melhorias e novidades no nosso app e plataformas digitais, em que parcela relevante do funcionalismo vem marcando presença.

Diversos outros programas nesta linha foram desenvolvidos, dos quais selecionamos os seguintes:

- Ações voltadas para Cuidado com a Saúde Mental (principalmente no trimestre da saúde: Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul);
- Mentorias com as lideranças, capacitando colaboradores a exercerem cargos de chefia; e
- Programa de Avaliação de Desempenho seguido de Plano de Desenvolvimento Individual;
- Lançamento do novo “chatbot” (inteligência artificial) para melhor experiência e agilidade no atendimento de demandas de clientes.

Destques Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado com o obtido em 31 de dezembro de 2021:

	2022	2021
a) Patrimônio Líquido:	143.475	136.500
b) Ativos de crédito:	801.296	631.469
c) Captação:	914.900	754.426
d) Índice de Basileia:	12,62	15,03
e) Lucro (prejuízo) do exercício:	(11.314)	10.526

O resultado auferido, consoante item “e” supra, decorreu, em grande parte, dos custos incorridos com a implantação do banco digital e divulgação do produto ao mercado (marketing), valendo dizer que tais dispêndios, a par de terem alcançado benefícios a várias áreas operacionais do Conglomerado, estenderá suas vantagens para exercícios futuros sem gerar novos acréscimos significativos de despesas. A esse respeito, realçamos que parcela representativa das operações no Consignado é realizada via digital e representará 100% em 2023.

O crescimento da carteira de crédito, de aproximadamente 27%, decorreu, de forma significativa, da nova esteira de contratação de operações, em que houve redução importante do tempo médio de análise a ser empreendida.

As captações também experimentaram incremento superior a 20%, sendo realizadas em volume expressivo por via app, o que trouxe agilidade e comodidade aos nossos correntistas. Um novo produto foi lançado representado por LCI com renda mensal, obtendo aceitação junto aos investidores.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, conforme consta em cláusula do estatuto social. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme a política de distribuição de dividendos o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são destinados através de ata da assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio estão na nota explicativa 19.c.

Governança Corporativa

O Banco Bari atende aos princípios básicos de Governança Corporativa, com reuniões regulares do seu Conselho de Administração, e cumprindo uma rotina semanal de reuniões de sua Diretoria, a revelar responsabilidade na condução dos seus negócios. Dispõe de um Código de Ética e Conduta, de Canal de Denúncias, ações internas de sensibilização e disseminação da inclusão, com vistas a respeitar a diversidade e outros instrumentos de transparência de gestão, em total simetria com os preceitos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Capital

Em consonância com as prescrições da Resolução CMN 4.557, de 2017, instituímos setores voltados ao controle dos diversos riscos previstos no citado normativo, representados por risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco socioambiental, risco de gerenciamento de capital, entre outros. Elaboramos uma Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e contamos com um Diretor investido como responsável pelo assunto (CRO). Testes de estresse são realizados anualmente, de forma a prevenir eventos com severidade que possam derivar de cenários pouco comuns. Tais providências são conjugadas com medidas relativas a controles internos, igualmente estabelecidas na regulamentação.

Agradecimentos

Considerando o exposto, a Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, a demonstrar, após três anos de desafios conjunturais, e com impactos diversos que atingiram ao mercado financeiro como um todo, que realizamos progressos substanciais na gestão dos nossos negócios e o cenário está apontando para um futuro promissor.

Curitiba (PR), 29 de março de 2023.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Conselho de Administração e Diretores da Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		<u>332.772</u>	<u>271.817</u>	Circulante		<u>409.715</u>	<u>297.512</u>
Disponibilidades	4	<u>3.553</u>	<u>1.261</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>361.245</u>	<u>247.457</u>
Instrumentos financeiros		<u>300.534</u>	<u>240.059</u>	Depósitos		<u>202.693</u>	<u>177.052</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>129.828</u>	<u>104.141</u>	Depósitos a vista	11.a	18.828	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	109.972	79.097	Depósitos a prazo	11.a	183.679	162.575
Carteira própria	5.a	19.540	2.425	Outros depósitos	11.a	186	14.477
Vinculados a compromisso de recompra	5.b	-	1.292	Obrigações por operações compromissadas	11.b	-	1.291
Vinculados a garantia de operações	5.b	316	21.327	Carteira própria		-	1.291
Operações de crédito	6	<u>170.706</u>	<u>135.918</u>	Recursos de aceites de emissão de títulos	11.c	<u>158.552</u>	<u>64.639</u>
Operações de crédito - setor privado		186.744	143.611	Recursos de aceites cambiais		2.880	2.603
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(16.038)	(7.693)	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		155.672	62.036
Outros ativos financeiros	7	<u>25.903</u>	<u>29.352</u>	Instrumentos financeiros derivativos	5.d	-	4.475
Outros ativos financeiros		26.008	29.608	Instrumentos financeiros derivativos		-	4.475
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(105)	(256)	Relações interfinanceiras	12	<u>19.259</u>	<u>19.164</u>
Outros ativos	8	<u>2.782</u>	<u>1.145</u>	Transações de pagamento		19.259	19.164
Outros ativos		2.782	1.145	Outras obrigações		<u>29.211</u>	<u>30.891</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		-	-	Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes		458	515
Não circulante		<u>777.087</u>	<u>675.343</u>	Sociais e estatutárias	13	37	5.360
Realizável a longo prazo		<u>676.666</u>	<u>554.989</u>	Fiscais e previdenciárias	14	716	982
Instrumentos financeiros		<u>630.431</u>	<u>528.045</u>	Diversas	15	28.000	24.035
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>25.196</u>	<u>43.665</u>	Não circulante		<u>556.669</u>	<u>513.148</u>
Carteira própria	5.a	18.861	42.452	Exigível a longo prazo		<u>556.669</u>	<u>513.148</u>
Vinculados a garantia de operações	5.c	793	281	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>553.655</u>	<u>511.444</u>
Instrumentos financeiros derivativos	5.d	5.542	932	Depósitos	11.a	<u>285.337</u>	<u>389.016</u>
Operações de crédito	6	<u>605.235</u>	<u>484.380</u>	Depósitos a prazo		285.337	389.016
Operações de crédito - setor privado		614.552	487.858	Recursos de aceite de emissão de títulos	11.c	<u>268.318</u>	<u>122.428</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(9.317)	(3.478)	Recursos de aceites cambiais		-	2.561
Créditos tributários	22	<u>43.049</u>	<u>25.734</u>	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		268.318	119.867
Outros ativos financeiros	7	<u>818</u>	<u>710</u>	Outras obrigações		<u>3.014</u>	<u>1.704</u>
Outros ativos financeiros		1.231	1.037	Fiscais e previdenciárias	14	2.494	1.469
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(413)	(327)	Diversas	15	520	234
Outros ativos	8	<u>2.368</u>	<u>500</u>	Patrimônio líquido	17	<u>143.475</u>	<u>136.500</u>
Outros ativos		3.118	1.250	Capital	17.a	<u>100.000</u>	<u>82.000</u>
Provisão para redução ao valor recuperável		(750)	(750)	De domiciliados no país		100.000	82.000
Permanente		<u>100.421</u>	<u>120.354</u>	Reservas de lucros		43.703	55.017
Investimentos		<u>69.041</u>	<u>92.209</u>	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		(228)	(517)
Investimentos em participações em coligadas e controladas	9	69.038	92.206				
Outros investimentos		3	3				
Imobilizado de uso		<u>1.657</u>	<u>2.089</u>				
Outras imobilizações de uso		3.372	3.549				
Depreciações acumuladas		(1.715)	(1.460)				
Intangível	10	<u>29.723</u>	<u>26.056</u>				
Ativos intangíveis		50.003	35.069				
Amortização acumulada		(20.280)	(9.013)				
Total do ativo		<u>1.109.859</u>	<u>947.160</u>	Total do passivo		<u>1.109.859</u>	<u>947.160</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		<u>88.467</u>	<u>163.193</u>	<u>116.175</u>
Operações de crédito		66.105	134.719	101.831
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.c	20.193	27.333	11.079
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.c	2.169	1.141	3.265
Despesas da intermediação financeira		<u>(55.688)</u>	<u>(120.080)</u>	<u>(63.121)</u>
Operações de captação no mercado	11.e	(42.724)	(93.535)	(53.187)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.b	(12.964)	(26.545)	(9.934)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>32.779</u>	<u>43.113</u>	<u>53.054</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(39.198)</u>	<u>(70.953)</u>	<u>(59.938)</u>
Receita de prestação de serviços	18	4.736	10.351	13.407
Despesas de pessoal		(3.636)	(7.217)	(6.237)
Outras despesas administrativas	20	(37.581)	(82.823)	(92.471)
Despesas tributárias	19	(1.659)	(3.300)	(3.960)
Resultado de participação em coligadas e controladas	9	(1.357)	9.028	28.650
Outras receitas operacionais		736	3.653	2.698
Outras despesas operacionais		(438)	(645)	(2.025)
Resultado operacional		<u>(6.419)</u>	<u>(27.840)</u>	<u>(6.884)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>(6.419)</u>	<u>(27.840)</u>	<u>(6.884)</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>2.216</u>	<u>16.526</u>	<u>17.410</u>
Provisão para imposto de renda		-	-	(816)
Provisão para contribuição social		-	-	(653)
Ativo fiscal diferido		2.216	16.526	18.879
(Prejuízo) lucro líquido do período		<u>(4.203)</u>	<u>(11.314)</u>	<u>10.526</u>
Quantidade de ações		100.000	100.000	82.000
(Prejuízo) lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		(0,0420)	(0,1131)	0,1284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2º Sem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período	<u>(4.203)</u>	<u>(11.314)</u>	<u>10.526</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	263	289	(571)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	478	525	(1.038)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(215)</u>	<u>(236)</u>	<u>467</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(3.940)</u></u>	<u><u>(11.025)</u></u>	<u><u>9.955</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 1 de janeiro de 2021	50.000		4.723	65.664	54	-	120.441
Aumento de capital	17 -	32.000	-	(21.869)	-	-	10.131
Aumento de capital homologado	17 32.000	(32.000)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(571)	-	(571)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.526	10.526
Destinações:							-
Constituição de reserva	-	-	666	5.833	-	(6.499)	-
Juros sobre capital próprio	17 -	-	-	-	-	(2.799)	(2.799)
Dividendos	17 -	-	-	-	-	(1.228)	(1.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	82.000	-	5.389	49.628	(517)	-	136.500
Mutações do exercício	32.000	-	666	(16.036)	(571)	-	16.059
Saldos em 1 de julho de 2022	82.000	4.800	5.389	42.517	(491)	-	134.215
Aumento de capital	17 -	13.200	-	-	-	-	13.200
Aumento de capital homologado	17 18.000	(18.000)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	263	-	263
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(4.203)	(4.203)
Destinações:							-
Constituição de reserva	-	-	-	(4.203)	-	4.203	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	100.000	-	5.389	38.314	(228)	-	143.475
Mutações do semestre	18.000	(4.800)	-	(4.203)	263	-	9.260
Saldos em 1 de janeiro de 2022	82.000	-	5.389	49.628	(517)	-	136.500
Aumento de capital	17 -	18.000	-	-	-	-	18.000
Aumento de capital homologado	17 18.000	(18.000)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	289	-	289
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(11.314)	(11.314)
Destinações:							-
Constituição de reserva	-	-	-	(11.314)	-	11.314	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	100.000	-	5.389	38.314	(228)	-	143.475
Mutações do exercício	18.000	-	-	(11.314)	289	-	6.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2º Sem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	(4.203)	(11.314)	10.526
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	6.593	11.818	6.393
Equivalência patrimonial	1.357	(9.028)	(28.650)
Resultado com instrumentos derivativos	(2.169)	(1.141)	(3.239)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.964	26.545	9.934
Provisão para outros ativos financeiros	-	118	104
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	269	297	157
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	1.469
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	(2.216)	(16.526)	(18.879)
Participação dos empregados	-	(306)	439
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários	9.713	5.409	9.942
Operações de crédito	(84.931)	(182.188)	(262.629)
Outros créditos	3.435	3.548	(21.467)
Outros valores e bens	(2.573)	(3.505)	(1.139)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos a vista e a prazo	(35.963)	(79.329)	258.615
Recursos de aceites cambiais	89.894	239.803	89.958
Relações interfinanceiras	(3.901)	95	-
Instrumentos derivativos	(2.529)	(3.334)	906
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	-	(57)	471
Obrigações sociais e estatutárias	-	(217)	(608)
Obrigações fiscais e previdenciárias	143	(266)	(109)
Outras obrigações	(757)	3.954	11.785
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(14.874)	(15.624)	63.979
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos	1.015	32.987	7.010
Aumento de capital em investimentos	(1.008)	(1.116)	(95)
Aquisições de imobilizado	(14)	(54)	(458)
Adições ao intangível	(4.800)	(15.346)	(19.520)
Alienação do imobilizado	49	123	-
Baixa do intangível	-	224	-
Caixa líquido (utilizados) nas atividades de investimentos	(4.758)	16.818	(13.063)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(4.800)	(11.661)
Aumento de capital	17 13.200	18.000	10.131
Caixa líquido aplicado na atividades de investimentos	13.200	13.200	(1.530)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.432)	14.394	49.386
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	101.184	80.358	30.972
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	94.752	94.752	80.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens, cartão de crédito e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, adaptadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) , nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. O Banco aguarda um detalhamento maior por parte do regulador com as alterações necessárias para sua implementação e assim concluir a avaliação dos impactos da sua adoção.

O projeto de implementação do normativo sob lide foi estruturado em várias etapas, algumas das quais já foram concluídas, outras estão em andamento e também há fases a serem iniciadas:

- Etapas já concluídas:
 - (1) Mapeamento das Áreas envolvidas;
 - (2) Identificação dos processos impactados;
 - (3) Reunião com os provedores de software;
 - (4) Entrega e aprovação do plano de implementação junto ao Conselho de Administração.

- Etapas em andamento:
 - (1) Acompanhamento de reuniões sobre este normativo junto a entidade de classe (ABBC) e ao Bacen;
 - (2) *Follow up* dos trabalhos junto aos provedores de software.
- Etapas que serão iniciadas:
 - (1) Homologação dos *softwares*;
 - (2) Parametrização dos *softwares*;
 - (3) Apresentação do estudo de impacto nas Demonstrações Financeiras;
 - (4) Conclusão do projeto.

A Resolução CMN n° 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entrou em vigor em 1° de janeiro de 2022. Foi realizada avaliação e análise por parte do Banco, cujo resultado demonstrou que não há impactos e procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN n° 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1° de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto no Banco Bari.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras individuais no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios/semestres.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 29 de março de 2023.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3 g e 6.b** – critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito.

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco.

Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras individuais são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos disponíveis para a venda:** Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.

- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

d. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

e. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros

f. Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

g. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

h. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*Impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

I. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

m. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o prejuízo líquido do Banco no exercício de 2022 no montante de R\$ 11.314 (lucro líquido de R\$ 10.526 no exercício de 2021), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

n. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras individuais é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras individuais e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Depósitos bancários	9	8
Reservas livres	3.472	1.197
Disponibilidades em moeda estrangeira	72	56
Total de disponibilidades	3.553	1.261
Operações compromissadas - Posição bancada	91.199	79.097
Letras Financeiras do Tesouro	91.199	79.097
Total de caixa e equivalentes de caixa	94.742	80.358

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	2022		2021	
	Tx.	Curto prazo	Tx.	Curto prazo
Microcredito	0,9999% a.a	401	-	-
DI (pos)	100,00% CDI	18.372	-	-
DI (pré)	13,65% a.a.	91.199	9,15% a.a.	79.097
Total		109.972		79.097

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

a. Títulos e valores mobiliários - Carteira própria

	Vencimento	2022		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Disponível para venda				
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2023 a 01/03/2026	34.189	34.171	18
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	4.212	4.645	(433)
Total		38.401	38.816	(415)
	Vencimento	2021		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Disponível para venda				
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/09/2022 a 01/03/2026	32.712	32.844	(132)
Debêntures	21/09/2022 a 15/11/2022	1.303	1.303	-
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	10.862	11.664	(802)
Total		44.877	45.811	(934)

b. Títulos e valores mobiliários – Valores vinculados a operações compromissadas

	Vencimento	2021		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Debentures	17/01/2022 a 27/01/2022	1.292	1.292	-

c. Títulos e valores mobiliários – Valores em garantia de operações – Mantido até o vencimento

		<u>2022</u>		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/03/2023 a 01/03/2026	1.109	1.108	1
		<u>2021</u>		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/09/2022 a 01/03/2023	21.608	21.616	(8)

d. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos –B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos (corrigidos pelo CDI) , conforme demonstrada a seguir:

<u>2022</u>					<u>2021</u>	
Posição ativa	Data de vencimento	Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a receber	Valor de mercado	Diferencial a receber
IPCA	17/06/2024	30.000	32.141	3.161	30.979	342
IPCA	16/06/2025	20.000	21.427	2.381	20.653	590
Pré-Fixada	01/07/2022	50.000	-	-	55.489	-
Total		100.000	53.568	5.542	107.121	932
Posição passiva	Data de vencimento	Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a pagar	Valor de mercado	Diferencial a pagar
CDI	17/06/2024	30.000	28.980	-	30.390	-
CDI	16/06/2025	20.000	19.046	-	20.310	-
CDI	01/07/2022	50.000	-	-	59.964	(4.475)
Total		100.000	48.026	-	110.664	(4.475)

e. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º semestre/2022	2022	2021
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	911	912	50
Rendas de aplicações em operações compromissadas	5.104	8.848	4.099
Deságio na colocação de títulos	(587)	(1.125)	(802)
Rendas em participações societárias	11.327	11.327	3.239
Resultado com títulos de renda fixa	3.438	7.371	4.493
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	2.169	1.141	3.265
Total	22.362	28.474	14.344

6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	2022		2021	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Cheque Especial	1	0,00%	-	-
Crédito pessoal e CDC	242	0,03%	2.130	0,34%
Crédito pessoal consignado	327.369	40,85%	332.109	52,59%
Capital de giro	601	0,08%	1.131	0,18%
Cartão de crédito	15.161	1,89%	5.924	0,94%
Empréstimos com garantia	438.150	54,68%	255.944	40,53%
Outros	-	-	166	0,03%
Financ. imob. empreend - aquisição	1.906	0,24%	1.990	0,32%
Financ. imob. resid. - aquisição	17.866	2,23%	28.399	4,50%
Financ. imob. resid.- construção	-	-	3.676	0,58%
Total	801.296	100,00%	631.469	100,00%
Circulante	186.744		143.611	
Não circulante	614.552		487.858	

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º Semestre/ 2022	2022	2021
Saldo inicial semestre/exercício	(21.171)	(11.171)	(5.447)
Constituição líquido de reversões	(12.964)	(26.545)	(9.934)
Baixa para prejuízo	9.003	12.361	4.210
Saldo final semestre/exercício	(25.355)	(25.355)	(11.171)
Circulante	(16.038)	(16.038)	(7.693)
Não circulante	(9.317)	(9.317)	(3.478)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 1.108 e R\$ 2.096, respectivamente (R\$ 1.314 em 2021).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco efetuou as seguintes operações:

- (i) refinanciadas, totalizaram R\$ 41.826 (R\$ 160.689 em 2021) e;
- (ii) renegociadas totalizam o em R\$ 36.256 (R\$ 3.999 em 2021).

Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	2022	2021
A vencer		
Até 3 meses	43.978	38.475
De 3 meses a 12 meses	122.708	97.889
De 1 a 3 anos	349.268	202.365
De 3 a 5 anos	170.500	137.223
De 5 a 15 anos	92.291	145.549
Acima de 15 anos	2.493	2.721
Total a vencer	<u>781.238</u>	<u>624.222</u>
Vencidos	20.058	7.247
Total	<u>801.296</u>	<u>631.469</u>

b.2 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de provisão	Setor			2022	2021		
			Comércio	Serviços	Pessoa física	Total	Valor da provisão	Total	Valor da provisão
AA	Normal	0,00%	-	-	71.558	71.558	-	24.502	-
A	Normal	0,50%	293	17.369	559.443	577.105	(2.886)	501.144	(2.506)
B	Normal	1,00%	-	993	44.857	45.850	(459)	67.761	(678)
	Vencido		-	1.852	35.013	36.865	(369)	6.926	(69)
C	Normal	3,00%	-	-	3.281	3.281	(98)	4.439	(133)
	Vencido		-	-	30.823	30.823	(925)	10.212	(306)
D	Normal	10,00%	-	-	401	401	(40)	357	(36)
	Vencido		-	-	5.875	5.875	(588)	5.155	(515)
E	Normal	30,00%	-	-	3	3	-	69	(21)
	Vencido		-	1.581	5.009	6.590	(1.977)	3.091	(927)
F	Normal	50,00%	-	-	68	68	(34)	112	(56)
	Vencido		-	-	7.643	7.643	(3.822)	2.832	(1.416)
G	Normal	70,00%	-	-	79	79	(55)	-	-
	Vencido		-	-	3.509	3.509	(2.456)	1.204	(843)
H	Normal	100,00%	-	-	5	5	(5)	26	(26)
	Vencido		-	44	11.597	11.641	(11.641)	3.639	(3.639)
Total			293	21.839	779.164	801.296	(25.355)	631.469	(11.171)
Circulante			-	-	-	186.744	(16.038)	143.611	(7.693)
Não Circulante			-	-	-	614.552	(9.317)	487.858	(3.478)

c. Cessão de crédito

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 562 (R\$ 133.863 em 2021). Estas operações auferiram, no semestre e exercício em questão, renda no montante de R\$ 172 e R\$ 396 respectivamente (R\$ 7.764 em 2021). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o exercício em epígrafe, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 6.518 (R\$ 167.774 em 2021). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	2022	2021
Circulante		
Dividendos e juros ao capital próprio a receber	864	4.040
Depósitos no Banco Central	205	-
Serviços prestados a receber	1.930	619
Outras rendas a receber	98	-
Adiantamentos e antecipações salariais	48	91
Impostos a recuperar (c)	2.889	3.779
Devedores diversos (b)	217	453
Valores a receber de sociedades ligadas	218	684
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	(5)	(152)
Títulos e créditos a receber (a)	19.539	19.942
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(100)	(104)
Total	25.875	29.352
Não circulante		
Devedores por depósitos em garantia	798	710
Títulos e créditos a receber (a)	433	327
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(413)	(327)
Total	818	710

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 31 de dezembro de 2022, basicamente por: (i) R\$ 99 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 99 em 2022); (ii) R\$ 248 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 248 em 2021) este valor encontra-se provisionado para sua perda em sua totalidade por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança e (iii) R\$ 19.539 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (R\$ 19.921 em 2021), do qual está constituído provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 100 (R\$ 104 em 2021).
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por: (i) valores relativos a portabilidade no montante de R\$ 10 (R\$ 4 em 2021); (ii) carga de pagamento BariCard a processar no montante de R\$ 0 (R\$ 339 em 2021) (iii) valores em contestação BariCard em R\$ 37 (60 em 2021); (iv) operações a regularizar no próximo dia útil relacionado ao pix, no valor de R\$ 0 (R\$ 46 em 2021, (v) custas de consolidação de imóveis no valor de R\$ 148 (não há saldos comparativos no exercício findo em dezembro de 2021) e (vi) demais pulverizados que somam o valor de R\$ 21 (R\$ 3 de 2021).
- (c) Referem-se a valores de antecipações de IRPJ e CSLL ocorridas durante o exercício de 2021 e 2022, que serão recuperadas em exercícios futuros.

8 Outros ativos

	2022	2021
Circulante		
Despesas antecipadas – assinatura de periódicos	1	-
Despesas antecipadas – assessoria e consultoria	3	-
Despesas antecipadas – reforma imóveis terceiros	154	-
Despesas antecipadas – seguros	9	6
Despesas antecipadas – Serviços técnicos especializados	196	72
Despesas antecipadas – estoque plástico BariCard	676	1.067
Ativos financeiros recebidos mantidos para venda	<u>1.742</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>2.782</u></u>	<u><u>1.145</u></u>
Não circulante		
Ativos financeiros recebidos mantidos para venda	3.118	1.250
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	<u>(750)</u>	<u>(750)</u>
Total	<u><u>2.368</u></u>	<u><u>500</u></u>

9 Investimentos

	Controladas			Coligada	Exercício	
	Bari Gestão de Recursos Ltda (a)	Bari Securitizadora S.A (b)	Bari Companhia Hipotecária (c)	Certa – Central de registros de títulos e ativos (d)	2022 Total	2021 Total
Informações sobre a controlada:						
Número de ações de capital	1.950.000	3.750.000	45.000.000	82.834.400	-	-
Ativo Total	2.908	8.845	340.653	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	5.869	1.756	15.306	-	-	-
Patrimônio líquido:						
Capital social	1.950	3.750	45.000	82.834	-	-
Reservas de lucros	605	3.014	15.437	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	(114)	4	-	-	-
Informações sobre o investimento na controlada:						
Número de ações possuídas	1.320	3.712	44.550	890	-	-
Percentual de participação (%)	67,67%	99,00%	99,00%	1,07463%	-	-
Movimentação dos investimentos no exercício:						
Saldo início do exercício	2.763	4.657	84.072	714	92.206	70.471
Aumento de capital	-	990	-	176	1.166	475
Dividendos	(4.532)	(102)	(28.728)	-	(33.362)	(7.390)
Resultado de equivalência patrimonial	3.498	1.038	4.492	-	9.028	28.650
Saldo final do exercício	1.729	6.583	59.836	890	69.038	92.206

(a) Em 2016, o Banco, adquiriu participação societária, junto à empresa Bari Gestão de Recursos Ltda, com valor nominal de cotas correspondentes a R\$ 1.320 (hum milhão, trezentos e vinte mil reais). A Bari Gestão, tem como objeto social a gestão de carteira de títulos e valores mobiliários.

- (b) Em 2017, o Banco, adquiriu 99% de participação societária, junto à empresa Bari Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.337 (Hum milhão, trezentos e trinta e sete mil reais). A Bari Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.
- (c) Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Bari Companhia Hipotecária, na qual o Banco detém participação de 99% do capital. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.
- (d) Em julho de 2018, o Banco iniciou processo para participar acionariamente da empresa CERTA – Central de Registro de Ativos S.A. que em como objeto social atividades de registro de títulos e de outros instrumentos financeiros, que não sejam considerados valores mobiliários, incluindo o registro de ônus e gravames a eles relacionados, ou sobre ele incidentes. A mesma encontra-se em fase pré-operacional, e o método de reconhecimento é por custo visto a inexistência de influência significativa.

10 Intangível

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.371	1.685	26.056
Movimentação do custo			
Custo em 1º de janeiro de 2022	32.206	2.863	35.069
Adições	15.216	130	15.346
Baixas	(412)	-	(412)
Custo em 31 de dezembro de 2022	47.010	2.993	50.003
Movimentação da amortização			
Amortização em 1º de janeiro de 2022	(7.835)	(1.178)	(9.013)
Amortização anual	(10.842)	(613)	(11.455)
Baixas	188	-	188
Amortização em 31 de dezembro de 2022	(18.489)	(1.791)	(20.280)
Saldo contábil líquido:			
Em 31 de dezembro de 2022	28.521	1.202	29.723

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.541	1.040	12.581
Movimentação do custo			
Custo em 1º de janeiro de 2021	13.804	1.745	15.549
Adições	18.402	1.206	19.608
Baixas	-	(88)	(88)
Custo em 31 de dezembro de 2021	32.206	2.863	35.069
Movimentação da amortização			
Amortização em 1º de janeiro de 2021	(2.263)	(705)	(2.968)
Amortização anual	(5.572)	(473)	(6.045)
Amortização em 31 de dezembro de 2021	(7.835)	(1.178)	(9.013)
Saldo contábil líquido:			
Em 31 de dezembro de 2021	24.371	1.685	26.056

11 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Depósitos

Vencimento	À vista		A prazo		Outros depósitos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Sem vencimento (a.1)	18.828	-	-	-	186	14.477
Até 3 meses	-	-	21.306	30.401	-	-
De 04 a 12 meses	-	-	162.373	132.174	-	-
Acima de 12 meses	-	-	285.337	389.016	-	-
Total	18.828	-	469.016	551.591	186	14.477
Circulante	18.828	-	183.679	162.575	186	14.477
Não Circulante	-	-	285.337	389.016	-	-

(a.1) Apresentadas como “sem vencimento”, pois não existe data de vencimento contratual.

b. Obrigações por operações compromissadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não haviam obrigações por operações compromissadas (R\$ 1.291 em 31 de dezembro de 2021).

c. Recursos de aceites de emissão de títulos

(i) Recursos de aceites cambiais

2022				2021
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo total
2.783	97	-	2.880	5.164
Circulante	-	-	2.880	2.603
Não circulante	-	-	-	2.561

(ii) Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias

2022				2021
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo total
33.312	122.360	268.318	423.990	181.903
Circulante	-	-	155.672	62.036
Não circulante	-	-	268.318	119.867

d. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	2º Semestre/2022	2022	2021
Despesas depósitos interfinanceiros	-	-	(556)
Despesas depósitos a prazo	(23.898)	(58.297)	(38.668)
Despesas aceites cambiais	(310)	(588)	(2.420)
Despesas de operações compromissadas	-	(20)	(6)
Despesas de letra de crédito imobiliário	(17.901)	(33.484)	(10.762)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(615)	(1.146)	(776)
	<u>(42.724)</u>	<u>(95.535)</u>	<u>(53.187)</u>
Total	<u>(42.724)</u>	<u>(95.535)</u>	<u>(53.187)</u>

12 Relações interfinanceiras

Circulante	2022	2021
Transações de pagamento – cartão de débito	574	710
Transações de pagamento – cartão de crédito	18.685	18.454
	<u>19.259</u>	<u>19.164</u>
Total	<u>19.259</u>	<u>19.164</u>

13 Obrigações sociais e estatutárias

Circulante	2022	2021
Dividendos a pagar	-	1.228
Juros sobre capital próprio a pagar	37	3.609
Participação nos resultados a pagar	-	523
	<u>37</u>	<u>5.360</u>
Total	<u>37</u>	<u>5.360</u>

14 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2022	2021
Circulante		
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	154	329
Impostos e contribuições s/ salários	230	216
Outros	332	437
	<u>716</u>	<u>982</u>
Total	<u>716</u>	<u>982</u>
Não Circulante		
Impostos diferidos	2.494	1.469
	<u>2.494</u>	<u>1.469</u>
Total	<u>2.494</u>	<u>1.469</u>

15 Outras obrigações - Diversas

	2022	2021
Circulante		
Despesas de pessoal	556	544
Outras provisões	2.253	4.596
Credores diversos - país (a)	25.191	18.895
Total	28.000	24.035
Não circulante		
Provisão para contingência (nota 16)	520	234
Total	520	234

(a) Referem-se a:

- (i) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 1.384 (R\$ 1.989 em 2021);
- (ii) contratos a liberar e compra de carteira R\$ 21.849 (R\$ 16.438 em 2021);
- (iii) outras despesas acessórias a pagar R\$ 1.323 (R\$ 332 em 2021);
- (iv) saldo credor cartão portador R\$ 162 (R\$ 217 em 2021) e
- (v) outros credores pulverizados R\$ 473 (R\$ 467 em 2021).

16 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui contabilizada provisão para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 520 (R\$ 235 em 2021), registrada na rubrica “Outras obrigações - Diversas”, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	Saldo no início do exercício	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo no final do exercício
Cíveis	142	48	(11)	(13)	166
Trabalhistas	94	260	-	-	354
Total – 31/12/2022	234	308	(11)	(13)	520
Total – 31/12/2021	274	66	(88)	(17)	234

Em dezembro de 2022 e 2021, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como provável.

d. Passivos contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 31 de dezembro de 2022, os processos de natureza cível classificados como possíveis totalizaram R\$ 4.501 (R\$ 1.003 em 2021).

O Banco possui processos de natureza trabalhistas classificados como risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 0 (R\$ 7 em 2021).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O valor do capital social é R\$ 100.000 (R\$ 82.000 em 2021), sendo R\$ 98.000 em ações ordinárias e nominativas e R\$ 2.000 em ações preferenciais nominativas.

Em 31 de maio de 2022, os acionistas deliberam um aumento de capital, com a capitalização de dividendos e juros sobre o capital próprio de exercícios anteriores no montante de R\$ 4.800, com emissão de 4.704.000 ações ordinárias e nominativas e 96.000 ações preferenciais nominativas. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 16 de agosto de 2022.

Em 20 de setembro de 2022, os acionistas deliberam um aumento de capital, integralizados em moeda corrente, no montante de R\$ 13.200, com emissão de 12.936.002 ações ordinárias e nominativas e 264.998 ações preferenciais nominativas. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 6 de outubro de 2022.

Acionistas	Participação %	Total ações
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	35.475.510
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	24.186.900

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	19.600.000
Enio Fornea Junior	11,7635%	11.763.500
Antonio Bordin Neto	6,9745%	6.974.500
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	2.000.000
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>100,0000%</u>	<u>100.000.000</u>

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação dividendos e JCP a pagar	Vlr. Prov.	Vlr. IRRF	Vlr. Liq. pagar	Valor pago em períodos anteriores	Valor Pago exercício corrente	Residual a pagar	Data Pagto	Deliberado por
							Pagto parcial em 16/05/2019, 12/01/2021 e 30/04/2021,	
Juros sobre capital próprio – JCP – 2019	5.040	(756)	4.284	(3.018)	(1.192)	37	31/05/2022	24º AGO 30/04/2020
Juros sobre capital próprio - JCP – Junho 2021	2.800	(420)	2.380	-	(2.380)	-	31/05/2022	27º AGO 29/04/2022
Dividendos propostos em junho 2021	1.228	-	1.228	-	(1.228)	-	31/05/2022	27º AGO 29/04/2022
Total					(4.800)	37		

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2022	2021
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(11.314)	10.526
Reserva legal (5%)	-	(666)
Juros sobre o capital próprio (JCP)	-	(2.800)
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	-	7.060
Dividendos mínimos obrigatórios (25% conforme estatuto social)	-	(1.228)

18 Transações entre partes relacionadas

	2022			2021		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
LC, LCI e CDB (a)	(100.514)	-	(10.180)	(93.101)	-	(3.961)
Depósitos a vista	(318)	-	-	-	-	-
Operações de crédito	145	-	-	295	-	-
Saldos em conta pagamento	-	-	-	(328)	-	-
Remuneração administradores	-	-	(936)	-	-	(737)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(24)	-	-	(3.121)	-	-
Controladas (a)						
Serviços prestados	1.930	40	(91)	-	26	-
Aplicação Interfinanceira	18.372	1.326	-	-	-	(102)
Utilização de Estrutura Compartilhada	215	3.349	-	371	-	3.301
Saldo em conta pagamento	-	-	-	(71)	-	-
Dividendos e JCP	957	-	-	4.040	-	-
Reembolso	-	-	-	269	-	-
LC e CDB (a)	(3.229)	-	(634)	(6.270)	-	(369)
Depósitos a vista						

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
Demonstrações financeiras individuais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022

	2022			2021		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas jurídicas						
Desenvolvimento de software	-	-	(16.845)	(1.462)	-	(6.048)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(13)	-	-	(1.716)	-	-
Saldos em conta pagamento	-	-	-	(22)	-	-
LC, LCI e CDB (a)	-	(40.878)	(5.682)	(56.008)	-	(3.000)
Prestação de serviços administrativos e cobrança(b)	(754)	-	(14.104)	(1.351)	-	(17.568)
Aluguel comercial	-	-	(98)	-	-	(146)
Utilização de Estrutura Compartilhada (c)	-	-	-	140	-	195
Operação de crédito	7	-	-	-	-	-

Informações adicionais:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, Bari Securitizadora S.A., através dos patrimônios em separado, para emissão de CRI no montante de R\$ 6.518 (R\$167.774 em 2021). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

- (*) São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A.; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Bari Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornea & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigüi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda; (xx) EZN Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda; e (xxi) DI Documentação Imobiliária Ltda.
- (a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A, Bari Gestão de Recursos Ltda.
- (b) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.
- (c) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

a. Política de remuneração

O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Os membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa e variáveis. O valor no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está representado por R\$ 480 e R\$ 966 respectivamente (R\$ 1.178 em 2021).

19 Rendas de prestação de serviços

	2º Semestre/2022	2022	2021
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	719	2.203	3.339
Rendas de comissão de colocação de títulos	2.372	4.571	8.055
Utilização de canais de atendimento prioritário	-	-	25
Rendas de outros serviços	1.645	3.577	1.988
	<u>4.736</u>	<u>10.351</u>	<u>13.407</u>
Total	<u>4.736</u>	<u>10.351</u>	<u>13.407</u>

20 Despesas tributárias

	2º Semestre/2022	2022	2021
Despesa de PIS	(207)	(386)	(466)
Despesa de COFINS	(1.274)	(2.378)	(2.865)
Despesas de ISS	(118)	(289)	(331)
Outros	(60)	(247)	(298)
	<u>(1.659)</u>	<u>(3.300)</u>	<u>(3.960)</u>
Total	<u>(1.659)</u>	<u>(3.300)</u>	<u>(3.960)</u>

21 Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2022	2022	2021
Despesas com serviços terceirizados (a)	(13.875)	(28.660)	(37.113)
Despesas de processamento de dados	(6.932)	(15.156)	(13.017)
Despesa com serv. téc. Especializados	(2.169)	(6.433)	(7.056)
Despesas com propaganda e publicidade	(3.287)	(9.676)	(16.789)
Despesas com amortização/depreciação	(6.593)	(11.818)	(6.393)
Despesas de comunicação	(1.489)	(3.303)	(3.455)
Despesas serviço sistema financeiro	(943)	(2.432)	(2.350)
Despesas de aluguel comercial	(136)	(308)	(453)
Despesas judiciais e cartório	(132)	(336)	(404)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(1.388)	(3.409)	(3.812)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(181)	(415)	(415)
Despesas com viagens	(146)	(240)	(212)
Despesas com acordo judicial	(36)	(59)	(225)
Despesas de seguros	(20)	(38)	(50)
Despesa de transporte	(23)	(81)	(69)
Outras despesas	(231)	(459)	(658)
	<u>(37.581)</u>	<u>(82.823)</u>	<u>(92.471)</u>
Total	<u>(37.581)</u>	<u>(82.823)</u>	<u>(92.471)</u>

(a) Refere-se principalmente à:

(i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 correspondem ao valor de R\$ 6.710 e R\$ 12.162 respectivamente (R\$ 17.617 em 2021),

- (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, correspondem a R\$ 1.056 e R\$ 2.067 respectivamente (R\$ 990 em 2021);
- (iii) As despesas incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relativas a custos de repasse aos órgãos públicos, montam os valores de R\$ 598 e R\$ 1.166 respectivamente (R\$ 936 em 2021);
- (iv) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, somam o valor R\$ 2.352 e R\$ 4.345 respectivamente (R\$ 5.418 em 2021);
- (v) As despesas relativas a assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital montam o valor de R\$ 2.744 e R\$ 6.843 respectivamente (R\$ 10.870 em 2021), e
- (vi) Outras despesas pulverizadas, incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, correspondem ao montante de R\$ 415 e R\$ 2.077 respectivamente (R\$ 1.282 em 2021).

22 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Semestre/2022	2022	2021
Impostos correntes			
Provisão para imposto de renda	-	-	-
Provisão para contribuição social	-	-	-
Total	-	-	-
Ativo fiscal diferido	3.241	17.551	18.879
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.025)	(1.025)	(1.469)
Total imposto de renda e contribuição social	2.216	16.526	17.410

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Semestre 2022	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio	(6.419)	(27.840)	(6.884)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% (i)	2.888	12.528	3.442
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Adições Permanentes	(9)	(12)	-
Exclusões:			
Equivalência	2.946	7.619	14.324
Juros sobre o capital próprio	-	-	1.400
Demais ajustes CSLL (5%) (ii)	-	-	(1.917)
Derivativos liquidado	(3.527)	(3.527)	-
Outros	(82)	(82)	161
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.216	16.526	17.410
Imposto de Renda e Contribuições Social - correntes	3.241	17.551	(1.469)
Imposto de Renda e Contribuições Social - Diferido	(1.025)	(1.025)	18.879

- (i) Alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 25% para a contribuição social para as empresas financeiras e equiparadas a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021, de acordo com a Lei 14.183/2021.

- (ii) Conforme Lei 14.183/2021 a alíquota da CSLL a partir de julho de 2021, é de 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022.

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo inicial em 01/01/2022	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2022
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal	9.668	12.083	(2.414)	19.337
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.316	2.108	(374)	4.050
Provisão para contingências	58	86	(8)	136
Provisão MTM Swap	886	436	(2.680)	(1.358)
MTM Títulos e Valores Mobiliários	235	105	(236)	104
Outras provisões	318	158	(186)	290
Créditos Tributários de IRPJ	<u>13.481</u>	<u>14.976</u>	<u>(5.899)</u>	<u>22.558</u>
Contribuição social				
Prejuízo Fiscal	7.734	9.666	(1.932)	15.469
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.851	1.686	(300)	3.237
Provisão para contingências	47	69	(6)	110
Provisão MTM Swap	709	348	(2.144)	(1.087)
MTM Títulos e Valores Mobiliários	188	84	(189)	83
Outras provisões	255	126	(148)	233
Créditos Tributários de CSLL	<u>10.784</u>	<u>11.979</u>	<u>(4.719)</u>	<u>18.045</u>
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	<u>24.265</u>	<u>26.955</u>	<u>(10.617)</u>	<u>40.603</u>
Total de créditos tributários Ativo Diferido	-	-	-	43.049
Total de créditos tributários Passivo Diferido	-	-	-	(2.494)
	Saldo inicial em 01/01/2021	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2021
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal	-	9.668	-	9.668
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.548	1.598	(830)	2.316
Provisão para contingências	69	16	(27)	58
Provisão MTM Swap	1.702	2.211	(3.027)	886
MTM Títulos e Valores Mobiliários	-	400	(165)	235
Outras provisões	255	140	(77)	318
Créditos Tributários de IRPJ	<u>3.574</u>	<u>14.033</u>	<u>(4.126)</u>	<u>13.481</u>

	Saldo inicial em 01/01/2021	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2021
Contribuição social				
Prejuízo Fiscal	-	7.734	-	7.734
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.237	1.260	(646)	1.851
Provisão para contingências	55	10	(18)	47
Provisão MTM Swap	1.362	1.618	(2.271)	709
MTM Títulos e Valores Mobiliários	-	320	(132)	188
Outras provisões	204	101	(50)	255
Créditos Tributários de CSLL	<u>2.858</u>	<u>11.043</u>	<u>(3.117)</u>	<u>10.784</u>
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	<u>6.432</u>	<u>25.076</u>	<u>(7.243)</u>	<u>24.265</u>

As diferenças temporárias relativas às: (i) provisões para contingências pela sua natureza, espera-se que seja realizado até o encerramento do exercício de 2025; (ii) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros, classificado em outras provisões, tem sua expectativa de realização ao final do exercício de 2025; (iii) Outros ativos sem característica de concessão de crédito, classificado em outras provisões, tem expectativa de realização ao encerramento do exercício de 2024 e 2025, respectivamente; (iv) Marcação a Mercado para derivativos (passivos diferidos), as realizações ocorrerão em junho/2024 e junho/2025, de acordo com os vencimentos dos respectivos contratos de SWAP; (v) Provisões para perdas sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, com expectativa de realização em sua totalidade até o exercício de 2025; (vi) Marcação a Mercado para Títulos e Valores mobiliários, com reflexo no Patrimônio Líquido, tem expectativa de realização na sua totalidade em 2025, de acordo com os vencimentos dos papéis com essa característica e; (vii) Prejuízo Fiscal está com expectativa de realização do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2022, sendo: (i) 15% para o exercício 2023, (ii) 35% para o exercício de 2024 e (iii) 50% para o exercício de 2025.

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em dezembro de 2022 tenham sua realização futura da seguinte forma:

Créditos tributários de imposto de renda	2023	2024	2025	Total
Diferença Temporária	4.958	6.447	11.126	22.530
Valor Presente	4.346	4.953	8.549	17.848
Diferença Temporária	3.966	5.157	8.900	18.023
Valor Presente	3.477	3.963	6.839	14.278

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 103,17% CDI.

O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

d. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 2.494 em 31 de dezembro de 2022 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários (R\$ 1.469 em 2021).

23 Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em dezembro de 2022 atingiu 12,62% representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

	2022	2021
Patrimônio de referência	<u>88.671</u>	<u>111.629</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>12,62</u>	<u>15,03</u>

24 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital

O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo entre outros, os riscos de: Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional, Socioambiental e Gerenciamento de Capital. Tal estruturação possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto. Ademais, assegura que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam subsidiar as resultantes decisões administrativas, tornando-as mais assertivas e mantendo-as sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. As respectivas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Na estrutura sob apreço tem o papel relevante o **Comitê de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital** que subsidia o Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) e o Conselho de Administração na tomada de decisões.

As medidas para implementação das providências antes declinadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe estrutura de gerenciamento de riscos e capital, foi concluído no segundo semestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação.

Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

c. Gestão de continuidade de negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, anualmente, são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

d. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificado como decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e/ou taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional.

Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas, com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

e. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para seu ajuste, incluindo a realização de swaps.

O Banco conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

f. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo Banco para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o Banco realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

g. Risco socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc.) e, também, responsabilidade ambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Banco, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou de fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Banco apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

“ O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico: www.bariquicreditointeligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

25 Evento Subsequente

Em 28 de fevereiro de 2023, os acionistas aprovaram o aumento de capital social em moeda corrente, no montante de R\$ 4.500, mediante a emissão de 4.410.000 ações ordinárias e nominativas e 90.000 ações preferenciais nominativas. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 17 de março de 2023.

* * *

Diretoria

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

Evaldo Leandro Perussolo
Diretor Superintendente

Mateus Vargas Fogaça
Diretor Executivo

Eduardo Zagonel Neves
Diretor Executivo

Henrique Lopes Weber
Diretor Executivo

Conselho de Administração

Ivo Luiz Roveda
Presidente

Enio Fornea Júnior
Vice Presidente

Felix Archanjo Bordin
Conselheiro

Antônio Bordin Neto
Conselheiro

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Conselheiro

Responsável Técnica
Cristiane Aparecida Damrat
Contadora CRC PR 063966/O-2



@bancobari



/bancobari



/bancobari



@banco_bari



bancobari.com.br



Avenida Sete de Setembro, 4781 | Sala 2
Água Verde | Curitiba-PR

banco
bari.